



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680225 - CE (2021/0219681-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : MARCELO LIMA DE SOUSA CARDOSO
ADVOGADO : MARCELO LIMA DE SOUSA CARDOSO - PI009743
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : DIEGO LIMA IGLESIAS CABRAL (PRESO)
PACIENTE : DIRCEU IGLESIAS CABRAL FILHO (PRESO)
CORRÉU : FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS
CORRÉU : RAIMUNDO AMAURILIO ARAUJO OLIVEIRA
CORRÉU : TIAGO LIMA IGLESIAS CABRAL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO LIMA IGLESIAS CABRAL e DIRCEU IGLESIAS CABRAL FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (Ação Penal n. 0050376-59.2020.8.06.0094).

Os pacientes foram denunciados e tiveram a prisão preventiva decreta pelos supostos delitos (fl. 87):

C) DIRCEU IGLESIAS CABRAL FILHO, já qualificado, pela prática do crime previsto no art. 90 da lei 8666 (redação atual 337-F, lei 14.133/2021), artigos 288, 299, §ú c/ c art. 71, 305, art. 311-A, I, §§ 1º, 2º e 3º, todos eles do Código Penal;

[...]

E) DIEGO LIMA IGLESIAS CABRAL, já qualificado, pela prática do crime previsto nos artigos 288, 299, §ú c/ c art. 71, 305, art. 311-A, I, §§ 1º, 2º e 3º, todos eles do Código Penal.

O impetrante sustenta que a preventiva se reveste de nulidade, porquanto não contemporânea aos fatos em apuração.

Narra sobre a especial condição de "DIRCEU IGLESIAS maior de 60 sessenta anos, com severas comodidades" (fl. 5), assim como quanto às condições pessoais favoráveis de Diego Lima.

Agrega argumentos sobre a possibilidade de aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para reverter a prisão preventiva dos pacientes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Embora o impetrante aponte como autoridade coatora o TJCE, observa-se que a irresignação se volta contra o ato do Juízo de primeiro grau que decretou a prisão preventiva dos pacientes. Nesse contexto, é inviável sua apreciação pelo STJ, sob pena de indevida supressão de instância.

Dispõe o art. 105, I, *c*, da Constituição Federal que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus* quando o coator for tribunal sujeito a sua jurisdição, hipótese que não é a dos autos. O pedido também não se enquadra em nenhuma das hipóteses de competência originária desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente